Onde se lê:

I – DETERMINAR o ARQUIVAMENTO do Processo de Sindicância Investigativa nº 2019/394949, instaurada através d PORTARIA Nº 18/2019-CGD/SIND. INVESTIGATIVA, publicada no DOE nº 33.955, de 19 de agosto de 2019,....;

Leia-se:

I – DETERMINAR o ARQUIVAMENTO do Processo de Sindicância Investigativa nº 2015/495166, instaurada através da PORTARIA Nº 13/2019-CGD/SIND. INVESTIGATIVA, publicada no DOE nº 33.919, de 12 de julho de 2019,....; REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
MARLENILSON LUIZ PINHEIRO MIRANDA
Corregedor Chefe - DETRAN/PA.

ERRATA DE PORTARIA

Na PORTARIA Nº 103/2020-CGD/PAD/Diversas, de 18 de março de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34.150 de 20.03.2020, referente a Prorrogação de Prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela PORTARIA Nº 02/2020, publicada no DOE nº 34.102 de 29.01.2020,

Onde se lê:

PRORROGAR – o prazo do processo administrativo disciplinar instaurado pela PORTARIA Nº 01/2020-CGD/PAD ...;

Leia-se:

PRORROGAR – o prazo do processo administrativo disciplinar instaurado pela PORTARIA Nº 02/2020-CGD/PAD ...;
MARLENILSON LUIZ PINHEIRO MIRANDA
Corregedor Chefe – DETRAN/PA

Protocolo: 559757**PORTARIA Nº1610/2020/DG/PROJUR/DETRAN, DE 07/07/2020.**

Dispõe sobre o funcionamento das Comissões de Julgamento de Defesas em Processos de Penalidade e dá outras providências.

O Diretor Geral do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ – DETRAN/PA, no uso de suas competências que lhe são conferidas pelo artigo 57, IV do Regimento Interno desta Autarquia.

CONSIDERANDO a tendência crescente de autuações pelo cometimento de infrações de trânsito, o que refletirá na elevação do quantitativo de defesas em processos instaurados com vistas à aplicação de penalidades;

CONSIDERANDO que a implantação do Portal Cidadão, plataforma pela qual os usuários poderão exercer o contraditório eletronicamente, tende a elevar o número de defesas de autuação, na medida em que facilita o acesso aos serviços ofertados pelo DETRAN em todo o território estadual; CONSIDERANDO que a tendência de aumento das demandas, pelos motivos destacados acima, exige a adoção de medidas que fortaleçam as atividades de análise das defesas de autuação apresentadas, a fim de evitar redução da eficiência dos trabalhos atualmente desenvolvidos na Coordenadoria de Controle de Penalidades;

CONSIDERANDO que a instituição de comissões para análise de processos de penalidade permite a flexibilidade necessárias para acompanhamento da evolução das demandas relativas ao assunto em questão, seja com o aumento do número de comissões quando houver um crescimento, seja com a redução do número de comissões quando se observar diminuição de processos; e

CONSIDERANDO que a análise de defesas em processos de penalidade é atividade finalística do DETRAN-PA, devendo ser exercida por servidores efetivos da instituição, com delegação de poderes para tal.

RESOLVE:

Art. 1º Delegar a Comissões de Análise de Processos de Penalidade – CAPPENAL, instituídas por ato do Diretor Geral, as atribuições de analisar e manifestar-se sobre o mérito das defesas apresentadas em processos administrativos de multa, suspensão do direito de dirigir e cassação do direito de dirigir.

Art. 2º Cada Comissão de Análise de Processos de Penalidade será constituída por:

- I – 01 (um) Presidente, escolhido dentre os Procuradores Autárquicos integrantes do quadro de pessoal do DETRAN-PA;
- II – 01 (um) Vice-presidente, escolhido dentre os Procuradores Autárquicos integrantes do quadro de pessoal do DETRAN-PA
- III – 02 (dois) Membros Titulares, sendo o 1º Membro e 2º Membro escolhidos dentre servidores efetivos com graduação em curso de nível superior; e
- IV – 01 (um) Membro Suplente, escolhido dentre servidores efetivos com graduação em curso de nível superior.

§1º O Membro Suplente, escolhido dentre servidores com graduação em curso de nível superior, substituirá os Membros Titulares em caso de férias, outros afastamentos, recesso ou impedimento temporário.

§2º O Vice-presidente substituirá o Presidente em caso de férias, outros afastamentos, recesso ou impedimento temporário, sem prejuízo às atribuições do cargo de Procurador Autárquico que exerce junto à coordenadoria em que estiver lotado.

§3º Os membros da comissão não cumprem mandato e podem ser substituídos a qualquer tempo e ad nutum pelo Diretor Geral.

Art. 3º A Comissão de Análise de Processos de Penalidade – CAPPENAL compete:

- I – julgar as defesas apresentadas em processos de multa, suspensão do direito de dirigir e cassação do direito de dirigir instaurados pelo DETRAN-PA;
- II – solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito ou executivos rodoviários informações complementares necessárias para auxiliar na análise da defesa apresentada pelo interessado;
- III – solicitar informações ou diligências de outras unidades administrativas do DETRAN-PA, com a finalidade de auxiliar a análise do respectivo processo de penalidade;
- IV – encaminhar o parecer conclusivo da comissão para apreciação e decisão do Procurador Chefe; e

V – analisar e manifestar-se sobre o interesse recursal contra as decisões da JARI, bem como elaborar minuta de eventual recurso ao CETRAN, cabendo a decisão final ao Procurador Chefe.

Art. 4º São atribuições do Presidente da CAPPENAL:

- I – zelar pelo cumprimento da legislação de trânsito;
- II – administrar e coordenar os trabalhos da comissão que preside, objetivando, inclusive, a uniformização da interpretação das normas de trânsito;
- III – convocar, presidir, suspender e encerrar reuniões;
- IV – oficiar às autoridades competentes no que concerne à remessa de documentação e solicitação de informações, quando necessárias às atividades das comissões;
- V – convocar os suplentes para eventuais substituições dos titulares;
- VI – resolver questões de ordem, apurar votos e consignar, por escrito, no processo, o resultado do parecer conclusivo;
- VII – relatar, por escrito, matéria que lhe for distribuída, fundamentando o voto;
- VIII – assinar atas de reuniões;
- IX – representar a comissão ou designar outro membro para fazê-lo;
- X – requerer ao Diretor Geral do DETRAN-PA a substituição de membros;
- XI – solicitar aos órgãos e entidades externas, bem como às unidades administrativas internas informações que se fizerem necessárias aos exames dos processos;
- XII – manter os relatores informados quanto às alterações acerca da legislação de trânsito;
- XIII – orientar os membros quando houver dificuldades ou dúvidas na análise dos processos;
- XIV – ministrar treinamento aos novos membros que ingressarem na comissão;
- XV – controlar a produtividade dos membros da comissão, bem como emitir relatórios de produção trimestrais;
- XVI – decidir sobre a arguição de suspeição; e
- XVII – exercer outras atribuições designadas pelo Procurador Chefe, correlatas à finalidade para a qual a comissão fora instituída.

Art. 5º São atribuições dos membros:

- I – comparecer às reuniões convocadas pelo Presidente da comissão;
- II – justificar eventuais ausências;
- III – relatar, por escrito, matéria que lhe for distribuída, fundamentando o voto;
- IV – discutir a matéria apresentada pelos demais membros, justificando o voto quando discordar do voto do relator;
- V – apresentar nas reuniões os processos que lhe foram distribuídos, com os votos devidamente prontos para formação do parecer conclusivo;
- VI – comunicar ao Presidente o início de afastamento, tão logo seu direito seja concedido;
- VII – manter padrão de produtividade compatível com a demanda recebida e encaminhar mensalmente ao Presidente relatório de produção; e
- VIII – exercer outras atribuições designadas pelo Presidente, correlatas à finalidade para a qual a comissão fora instituída.

Art. 6º O Presidente deverá pedir a substituição de membro e afastá-lo imediatamente das funções quando este:

- I – praticar, no exercício da função, ato de favorecimento ilícito;
 - II – repassar a terceiro, informações sobre as quais deva guardar sigilo; ou
 - III – praticar qualquer ilícito funcional ou criminal no exercício das funções desempenhadas na Comissão.
- Art. 7º Será impedido de atuar em processo o membro quando:
- I – tenha lavrado o auto de infração de trânsito objeto de análise;
 - II – o deficiente ou seu advogado for seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive afins, até o terceiro grau;
 - III – esteja litigando judicial ou administrativamente contra o deficiente ou respectivo cônjuge ou companheiro/a; ou
 - IV – quando for sócio de pessoa jurídica interessada no processo.

Art. 8º Deverão declarar-se suspeitos para relatar, assinar, opinar, discutir e votar os membros que se enquadrarem nas seguintes hipóteses:

- I – quando amigo íntimo ou inimigo do deficiente ou de seu procurador;
- II – quando houver aconselhado o deficiente ou seu procurador antes da abertura do processo ou durante o processo;
- III – quando o interessado ou procurador for seu credor ou devedor, de seu cônjuge ou companheiro ou parente destes, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive; ou
- IV – quando tiver interesse na decisão final do processo em favor ou em desfavor do interessado ou de seu procurador.

Art. 9º Após a distribuição do processo, o membro da CAPPENAL encarregado da análise emitirá e assinará seu voto como relator, o qual será submetido aos demais membros da comissão, oportunidade em que será proferido parecer conclusivo opinando pela aplicação da penalidade relativa à demanda sob exame ou pelo arquivamento do processo.

§1º Após emissão do parecer conclusivo, o processo será encaminhado ao Procurador Chefe para apreciação e decisão final.

§2º Decidido pelo indeferimento da defesa, o feito será remetido ao setor competente para registro no sistema informatizado e operacionalização da aplicação da respectiva penalidade.

§3º Decidido pelo deferimento da defesa, o feito será remetido ao setor competente para registro no sistema informatizado, cientificação do interessado, operacionalização das medidas liberatórias das infrações registradas, se necessário, e arquivamento do processo.

Art. 10 Compete à Diretoria Técnico Operacional – DTO, com o apoio administrativo da Gerência do RENAINF, realizar o juízo de admissibilidade quanto às Defesas de Autuação apresentadas contra os autos de infração de trânsito lavrados pelo DETRAN-PA.

Art. 11 Enquanto não for instituída a comissão prevista nesta portaria, as análises e manifestações em processos de penalidade do DETRAN-PA continuarão sendo realizadas pelos Procuradores Autárquicos lotados na Coordenadoria de Controle de Penalidades.